

TEMA EM DESTAQUE

EDITORAS, REPÓRTERES, ASSESSORAS E *FREELANCERS*: DIFERENÇAS ENTRE AS MULHERES NO JORNALISMO

ALINE TEREZA BORGHI LEITE

RESUMO

O artigo analisa o processo de feminização do jornalismo, que se deu de forma articulada aos processos de precarização, banalização, autonomização e profissionalização da carreira. A partir de entrevistas com jornalistas de São Paulo, o artigo examina os eixos de diferenciação que demarcam as localizações das mulheres na carreira, definem sua percepção acerca da diferença e estão expressos em seus discursos. Além de compreender como as hierarquias de gênero se estruturam na profissão de jornalista, o objetivo é analisar as diferenças entre as mulheres, por meio de uma amostra formada por profissionais com filhos e sem filhos, casadas, solteiras, divorciadas, de diferentes gerações, e atuando em diversos tipos de mídia e com distintos vínculos de emprego na cidade de São Paulo.

JORNALISMO • MULHERES • TRABALHO • OCUPAÇÕES

PUBLISHERS, REPORTERS, PRESS OFFICERS AND FREELANCERS: DIFFERENCES AMONG WOMEN IN JOURNALISM

ABSTRACT

This article analyzes the feminization of journalism in its articulation with the processes of precarization, trivialization, self-employment and professionalization of the career. Based on interviews with journalists from São Paulo as expressed in their discourses, the study examines the axes of differentiation that establish the positions of women and define their perception about such differences. This article aims to both understand how gender hierarchies are structured in the journalism profession and to analyze the differences among women. This is done by means of a sample consisting of professionals with and without children; married, single and divorced; of different generations; acting in various media types; and with different employment relations in the city of São Paulo.

JOURNALISM • WOMEN • LABOUR • OCCUPATIONS

ÉDITRICES, REPORTERS, ATTACHÉES DE PRESSE ET *FREELANCERS*: DIFFÉRENCES ENTRE LES FEMMES DANS LE MILIEU DU JOURNALISME

RÉSUMÉ

Cet article analyse le processus de féminisation du journalisme qui s'est produit en parallèle avec les processus de précarisation, banalisation, autonomisation et professionnalisation de cette carrière. A partir d'entretiens avec des journalistes de São Paulo, l'article examine les axes de différenciation qui démarquent les espaces occupés par les femmes dans la profession. A travers leurs discours, ces journalistes définissent leur perception des différences. Ce travail vise non seulement à comprendre comment les hiérarchies de genre se structurent dans le journalisme, mais aussi à analyser les différences existantes entre les femmes elles-mêmes, au moyen d'un échantillonnage composé de professionnelles mariées, célibataires ou divorcées, avec ou sans enfants et de différentes générations, qui travaillent dans la ville de São Paulo dans divers médias avec des conditions de travail distinctes.

JOURNALISME • FEMMES • TRAVAIL • OCCUPATION

EDITORAS, REPORTERAS, ENCARGADAS DE PRENSA Y *FREELANCERS*: DIFERENCIAS ENTRE LAS MUJERES EN EL PERIODISMO

RESUMEN

El artículo analiza el proceso de feminización del periodismo, que ocurrió de forma articulada a los procesos de precarización, banalización, autonomización y profesionalización de la carrera. A partir de entrevistas con periodistas de São Paulo, el artículo examina los ejes de diferenciación que demarcan las localizaciones de las mujeres en la carrera, definen su percepción acerca de la diferencia e se expresan en sus discursos. Además de comprender cómo las jerarquías de género se estructuran en la profesión de periodista, el objetivo es analizar las diferencias entre las mujeres, por medio de una muestra formada por profesionales con y sin hijos, casadas, solteras, divorciadas, de distintas generaciones y que actúan en diversos tipos de medios y con distintos vínculos de empleo en la ciudad de São Paulo.

PERIODISMO • MUJERES • TRABAJO • OCUPACIONES

ATUALMENTE, VEM SE DELINEANDO UM NOVO PERFIL DE JORNALISTA BRASILEIRO. Nos últimos anos, o grupo tornou-se mais segmentado, jovem, feminino, diplomado, pós-graduado, precário e autônomo (FÍGARO, 2013; GROHMANN, 2012; SILVA, 2012; BERGAMO; LIMA; MICK, 2012).

No Brasil, o processo de feminização da profissão de jornalista ocorreu de forma articulada com os processos de precarização das relações e das condições de trabalho, banalização, autonomização e profissionalização. As transformações que estão em curso nessa carreira têm tomado diversas direções. Por um lado, vem ocorrendo, nos últimos anos, um aumento dos informais na profissão, com a participação expressiva dos *freelancers* e uma maior concentração de profissionais nas empresas de “fora da mídia”, como as assessorias de imprensa. Por outro lado, o ingresso das mulheres no jornalismo também foi acompanhado de uma maior profissionalização e autonomização das profissionais.

O artigo está organizado em quatro itens, além desta introdução. O primeiro item apresenta as transformações que estão em curso no jornalismo e destaca as principais diferenças entre homens e mulheres na profissão no que se refere à proporção de diplomados, às áreas de atuação e às desigualdades persistentes. O segundo item introduz algumas discussões teórico-metodológicas da pesquisa, buscando ir além das diferenças de gênero, examinando também as diferenças dentro do grupo das mulheres. O terceiro item analisa alguns discursos de mulheres jornalistas de diferentes gerações, que atuam em diversos tipos

de mídias de São Paulo, a partir de entrevistas realizadas entre 2012 e 2014, em pesquisa de doutorado. O quarto e último item apresenta as conclusões do trabalho.

O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DO JORNALISMO E AS DIFERENÇAS DE GÊNERO NA CARREIRA

O crescimento da presença feminina no mercado de trabalho do jornalismo em todo o mundo tem sido considerado como uma das mais significativas mudanças na área da mídia dos últimos 40 anos. Em São Paulo, em pouco mais de 20 anos, o número total de jornalistas registrados na *Relação Anual de Informações Sociais – RAIS* – (BRASIL, 2013)¹ quase dobrou. Em 1990, havia 6.462 jornalistas trabalhando na cidade de São Paulo. Desses, 2.836 eram mulheres, correspondendo a 43,88% dos jornalistas registrados. Em 2013, o número de profissionais passou para 10.324, sendo que 5.620 eram mulheres, as quais passaram a representar 54,43% dos jornalistas que exerciam suas atividades no setor formal.

As conquistas femininas na profissão podem ser observadas por meio dos dados acerca da participação das mulheres em todas as atividades do jornalismo, bem como sua presença majoritária entre os diplomados. A proporção de diplomados varia entre os gêneros e conforme a função e os meios de comunicação em que os profissionais estão inseridos.

Há diferenças dentro de cada segmento nessa profissão. Dentro do grupo das mulheres jornalistas, existem diferenças quanto à remuneração, dependendo das funções que exercem, e quanto à proporção de mulheres com diploma, por função. Por exemplo, de acordo com a RAIS, entre as editoras que trabalham com carteira de trabalho assinada em São Paulo, mais de 86% têm diploma de graduação, enquanto, para as fotógrafas profissionais, esse índice não chega a 25% (BRASIL, 2013). A absoluta maioria das mulheres (75,84%) se concentra na categoria de “Profissionais do Jornalismo”, na qual, entre outras funções, está presente a de assessor de imprensa.² Nessa categoria, as mulheres diplomadas correspondem a mais de 68% do total das jornalistas brasileiras, enquanto essa proporção no caso dos homens é de 58,17% (BRASIL, 2013).

As diferenças salariais entre os gêneros variam conforme o setor de atuação dos profissionais. Em todas as funções da categoria “Profissionais do Jornalismo”, que é justamente onde a grande maioria das mulheres (78,2%) se concentra, as mulheres ganham, em média, menos do que os homens. Por outro lado, podemos destacar que existe uma variedade de situações nessa profissão. As mulheres também se inserem em posições hierárquicas que oferecem maior remuneração. De acordo com a RAIS (BRASIL, 2013), em algumas funções da categoria “Especialistas em Editoração”, em que as mulheres representam 57,3%

¹ A seleção utilizada nas bases de dados da RAIS de 1990 foi a CBO Grupo Base, com a escolha das seguintes categorias: Jornalistas e redatores, Locutores e comentaristas de rádio e televisão e Escritores, jornalistas, redatores, locutores e trabalhadores assemelhados.

² “Profissionais do Jornalismo” correspondem às funções de Arquivista pesquisador, Assessor de imprensa, Diretor de redação, Editor, Jornalista, Produtor de texto, Repórter (exceto rádio e televisão) e Revisor.

dos profissionais, as jornalistas ganham, em média, mais do que os homens (LEITE, 2015).

Rocha (2004) analisou a participação feminina no jornalismo no estado de São Paulo, relacionando a feminização ao processo de profissionalização da carreira. Segundo a autora, a obrigatoriedade do diploma de Jornalismo para o exercício profissional favoreceu a inserção feminina na profissão, porque assegurou uma reserva de mercado. A autora explica que essa expansão da profissionalização do jornalismo, combinada ao aumento da presença feminina nos cursos universitários, permitiu que a competição entre os gêneros pelo mercado de trabalho ficasse mais equilibrada dentro da profissão. Isto é, as mudanças na profissão possibilitaram o ingresso das mulheres no jornalismo.

Um dos processos de transformação em curso na profissão de jornalista consiste na precarização da profissão. Atualmente, uma grande parcela dos jornalistas está envolvida em relações precárias de trabalho dentro da profissão, com garantias trabalhistas reduzidas e recebendo baixos salários. Os jornalistas *freelancers*, compostos em sua grande maioria por mulheres, são marcados pela instabilidade, o que corresponde a uma expressão do processo de banalização da profissão.

Segundo pesquisa da Federação Nacional dos Jornalistas – Fenaj – de 2012,³ as condições precárias de trabalho dentro da profissão atingem mais as mulheres. O estudo revela que as mulheres jornalistas ganham menos que os homens, são maioria em todas as faixas até cinco salários mínimos e minoria em todas as faixas superiores a cinco salários mínimos. Quanto às relações precárias de trabalho, as mulheres correspondem a 68,8% do total de jornalistas que atuam em empresas “fora da mídia” (setor extra-redação), majoritariamente em assessorias de imprensa ou de comunicação. Em resumo, as mulheres são maioria entre os jornalistas (64%), têm presença majoritária (quase 70%) entre os jornalistas que atuam fora da mídia e, em função das condições de trabalho específicas desse segmento, estão mais sujeitas (mais de 60% dos jornalistas que trabalham “fora da mídia”) às relações de trabalho precárias, sem carteira de trabalho assinada, atuando como *freelancers* (sem vínculo empregatício), ou como pessoa jurídica (PJ) ou com contrato com prestação de serviço (BERGAMO; LIMA; MICK, 2012).

No grupo dos jornalistas *freelancers* de São Paulo, a maioria é formada por mulheres jovens e diplomadas, que estão na base da pirâmide salarial da profissão, e que exercem exclusivamente o trabalho de *freelancer*, mas em vários lugares. Segundo pesquisa realizada por Grohmann (2012) sobre os jornalistas *freelancers* da cidade de São Paulo, as mulheres constituem 70% dos *freelancers* pesquisados. A maioria deles é jovem e, apesar de estarem inseridos em condições de trabalho precárias, 92,2% dos *freelancers* têm nível superior. Os baixos salários também são observados nesse segmento, sendo que 40% dos *freelancers* de São

3

A pesquisa “Quem é o jornalista brasileiro: perfil da profissão no país” foi uma enquete *on-line* feita em 2012, com participação espontânea com 2.731 jornalistas, realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC –, em convênio com a Fenaj (BERGAMO; LIMA; MICK, 2012).

Paulo recebem até R\$ 2 mil e 81,1% ganham até R\$ 4 mil (GROHMANN, 2012). Por outro lado, esse tipo de trabalho também pode ser entendido como uma escolha das mulheres (“frila por opção”), conferindo-lhes maior liberdade e também a possibilidade de relacionar-se diretamente com seus clientes e, assim, vender seu trabalho para diversas empresas jornalísticas. As profissionais *freelancers* podem ter agendas menos atribuídas, com maior flexibilidade.

DA CATEGORIA UNITÁRIA “MULHER” À DIVERSIDADE DO GRUPO DAS MULHERES JORNALISTAS

A questão da diferença passou a ser relevante nos estudos culturais, pós-coloniais e feministas por fazer referência não apenas à diferença entre os gêneros, mas também à diferença entre as mulheres, evidenciando a diversidade de experiências e de reivindicações das diferentes mulheres. A abordagem proposta neste estudo é resultado do interesse de não limitar o enfoque à simples afirmação de que a “condição feminina” representa uma desvantagem universal, que define a “mulher” como grupo unitário e entende as relações de poder entre homens e mulheres como determinante quase exclusivo da subordinação das mulheres.

O gênero é pensado neste trabalho como central para entender as hierarquias dessa profissão. No entanto, outras questões entram na análise, como a geração da profissional, seu estado civil e o tempo dividido entre maternidade e trabalho. Os estudos que articulam o gênero, diferença e profissões passam, então, a considerar as teorizações sobre as diferenças entre os gêneros, as diferenças entre as mulheres e as diferentes masculinidades, com o argumento de que as meras oposições binárias e as polarizações não são confiáveis para explicar a complexidade das relações sociais.

Para Butler (2014), o gênero e sua dimensão relacional devem ser o foco dos estudos, em virtude do problema político quanto ao uso dos termos *feminino* e *mulher*, cujo significado remete a uma identidade comum, ao caráter universal da dominação patriarcal, à experiência singular de uma só condição, à chamada “condição feminina”. Na concepção da autora, esses termos não conseguem descrever nem representar as *mulheres*, pois partem de um princípio universal, que desconsidera os contextos culturais reais que podem explicar os mecanismos da opressão de gênero.

Utilizamos a diferença como categoria analítica e fundamentamos nossa análise nos pressupostos teóricos de Avtar Brah. A análise das entrevistas teve como principal referencial o esquema proposto pela autora, que apresenta quatro formas de conceituar a “diferença”: diferença como experiência, diferença como relação social, diferença como

subjetividade e diferença como identidade. Quanto à ideia de diferença como experiência, a autora afirma que a experiência é entendida como “construção cultural”, como “uma prática de atribuir sentido, tanto simbólica como narrativamente” (BRAH, 2006, p. 360). No que se refere ao discurso acerca do preconceito, na análise das entrevistas, identificamos a diferença como experiência quando o discurso expressa uma situação de discriminação vivenciada pela entrevistada, ou seja, quando o relato de discriminação se der a partir do ponto de vista de sua experiência.

A diferença como relação social é mobilizada por um grupo a fim de relatar suas experiências históricas coletivas nos discursos compartilhados. Identificamos a diferença como relação social nos relatos em que o evento se referir à vivência de outra pessoa, como por exemplo, a entrevistada relatar que tem conhecimento de que alguma colega foi vítima de preconceito no trabalho ou que ela testemunhou a situação de discriminação.

As percepções da diferença não se limitam aos relatos de discriminação, já que a diferença não se constitui necessariamente como um “marcador de hierarquia e opressão”, podendo significar inclusão e diversidade. Assim, o terceiro tipo de diferença, que é a diferença como subjetividade, remete à noção de interioridade, em que se pensam os processos em que a subjetividade é formada como sociais e subjetivos, uma vez que as posições sustentadas pelo indivíduo são socialmente produzidas.

Por fim, a diferença como identidade faz referência ao processo de construção em que a subjetividade, mesmo sendo múltipla e contraditória, é significada como tendo coerência, continuidade e um núcleo em permanente mudança, que constitui o “eu”, já que a identidade é entendida como “multiplicidade relacional em constante mudança” (BRAH, 2006, p. 371).

Em resumo, nesta pesquisa, a diferença é definida a partir do lugar que se constitui como referência para a profissional produzir suas “posições de sujeito”, construir sua subjetividade, interpretar suas experiências singulares e compreender sua posição na sociedade e na carreira profissional. Nosso pressuposto é de que o lugar de onde a jornalista fala, isto é, sua posição dentro das relações de poder que operam no interior do contexto específico em que ela se insere – suas relações sociais e profissionais –, tem implicações sobre sua percepção acerca do gênero, da carreira e de como ela se vê na carreira.

O campo empírico da pesquisa é constituído de entrevistas em profundidade e semiestruturadas com jornalistas que residem e exercem suas atividades profissionais na cidade de São Paulo. As mulheres entrevistadas representam uma diversidade de gerações, experiências profissionais, veículos de comunicação, setores de atividade e tempo de carreira. As entrevistas tinham como propósito ouvir as jornalistas

sobre suas carreiras, aspirações profissionais, frustrações, sacrifícios pessoais, negociações nas rotinas diárias de trabalho, a respeito de se e como o gênero influencia o tratamento e as oportunidades oferecidas às profissionais, entre outros temas.

Na seleção da amostra, buscamos considerar os seguintes parâmetros que condicionam diferentes percepções sobre a carreira:

1) diferenças entre gerações: contemplando profissionais em vários níveis da carreira, ou seja, jovens (com até nove anos de carreira), de 10 a 19 anos de carreira e com 20 anos ou mais de carreira;

2) a diversidade de mulheres: entrevistando mulheres com filhos, sem filhos, casadas, solteiras e divorciadas, com o propósito de observar como é ter filhos e estar casada na questão do tempo comprometido com o trabalho e nas possibilidades de obtenção de sucesso profissional;

3) diferentes vínculos de trabalho e áreas de atuação, que condicionam “localizações” distintas na carreira, com entrevistas realizadas com *freelancers*, profissionais que atuam no setor formal, que exercem suas atividades em empresas jornalísticas e “fora da mídia”, nas assessorias de imprensa e universidades.

Analisando essa profissão e suas intersecções com o gênero, agrupamos os distintos discursos da diferença e demarcamos alguns contrastes que produzem diferença na carreira. As entrevistadas foram asseguradas acerca do anonimato de suas informações e seus nomes foram substituídos por nomes fictícios. As profissionais jovens receberam nomes que começam com a letra J; os nomes das profissionais que estão no ponto intermediário da carreira começam com a letra I; e às profissionais mais experientes na carreira foram atribuídos nomes que começam com a letra E.

DISCURSOS SOBRE A DIFERENÇA NA CARREIRA – TRAJETÓRIAS E PERCEPÇÕES DAS JORNALISTAS

Apresentaremos a seguir as percepções das entrevistadas, reunidas em três grupos geracionais, acerca de sua carreira e das diferenças de gênero na carreira.

Isabel tem 35 anos, é casada e tem um filho de três anos. É a única jornalista entrevistada que tem filho pequeno. Depois que a profissional teve o filho, “conseguiu aguentar” por dois anos e meio no emprego, onde era editora de mídia eletrônica da área de estilo e “teve que virar *freelancer*”:

Depois que eu tive filho, eu cheguei a essa conclusão: o jornalismo brasileiro é uma área em que se valoriza muito o trabalho da juventude, essa energia de trabalho. Então, enquanto você trabalha

muito, o tempo inteiro, você serve, né? Mas, quando você quer valorizar sua experiência e trabalhar menos, não porque você é um vagabundo, mas porque você já está em outro estágio da profissão, aí é mais difícil... Eu trabalhava num moedor de carne, num grande veículo, e eu trabalhei muito assim, mas eu não tinha filho na época, era solteira e queria me dedicar bastante... O dia a dia é massacrante. Eu trabalhei mais três anos depois que meu filho nasceu, dois anos e meio, na verdade, porque seis meses eu estava de licença. Eu consegui aguentar por dois anos e meio... E nesses dois anos e meio, eu faltei, porque meu filho estava doente, uma vez... Olha só, hein, em dois anos e meio, eu faltei só uma vez! (Isabel, editora freelancer)

A questão da dificuldade de conciliação entre maternidade e jornalismo foi determinante para a mudança em sua trajetória. Ainda que a profissional tenha se firmado na carreira, com uma trajetória impecável, chegou um ponto em que ela precisou sair das redações e teve de “começar sua vida como frila”. Trabalhar em um “moedor de carne”, com um ritmo muito intenso, foi possível enquanto estava solteira e sem filhos. Sua expectativa em relação à profissão era de que, em face da considerável experiência, teria “crédito” suficiente para não ter de se “prestar” ao trabalho de *freelancer*, que ela considerava ser feito por “amadores” e não por profissionais do seu nível.

Isabel é um tipo de “frila compulsório” (SATO, 2005). Ela está desempregada desde que saiu do último emprego, em que era editora de mídia eletrônica, e, para se manter financeiramente, precisa “fazer frilas”. A situação de Isabel como *freelancer* pode durar anos. Sua maior preocupação é continuar sendo reconhecida como uma jornalista de moda agora fora de uma organização. Sem esse emprego que facilitava seu reconhecimento entre seus pares, pode acabar saindo do mercado de trabalho jornalístico. Como detectou Leteinturier⁴ (apud NEVEU, 2006), estudando as jornalistas francesas, as mulheres saem mais frequentemente das carreiras jornalísticas e têm mais dificuldades de serem contratadas.

A percepção de Iolanda sobre o jornalismo difere bastante daquela da *freelancer* Isabel, que está frustrada com sua posição atual na carreira. Iolanda tem 34 anos, é solteira e não tem filhos. Com 14 anos de carreira, atualmente, é editora de uma revista feminina. Sua maior preocupação é com a questão da estabilidade:

E também a dificuldade... É que não é uma carreira solidificada no sentido de você ter um plano de carreira. É um mercado muito pequeno e muito desorganizado, o que dá uma instabilidade bem grande. Pelo menos eu sou efetiva... Mas o jornalismo não é uma

4
LETEINTURIER, Christine.
L'hétérogénéité des
journalistes. *Hermes*,
n. 35, p. 35-48, 2003.

carreira que você tem muitos planos. As coisas acontecem, entendeu? Depende muito de sorte e de network, não é uma carreira tão planejada. Não é como a engenharia, que você sabe onde você vai estar daqui a cinco, 10, 20, 30, 50 anos. No jornalismo, você nunca sabe o dia de amanhã. E isso é um motivo de instabilidade emocional bem grande para o jornalista. Com certeza... É um motivo de frustração bem frequente entre os jornalistas. (Iolanda, editora de uma revista feminina)

Iolanda faz parte de um segmento privilegiado da profissão. Ganhando bem, trabalhando em uma revista feminina mensal, com ritmo de trabalho moderado e rotina definida, e com vínculo empregatício, com todos os direitos trabalhistas assegurados. Porém, o caráter instável e incerto do jornalismo é precisamente o componente que a faz lembrar-se das realidades da profissão. Sua condição atual é interessante, mas a jornalista afirma que já passou pela pressão dos prazos das revistas semanais:

Durante um tempo, não hoje, mas, durante um tempo, eu sofri sobrecarga de trabalho, pressão por deadline, porque, dependendo da área em que você está, se você está fazendo um jornal diário, a revista semanal, é uma pressão pra você conseguir a notícia em tempo, de falar com as pessoas. Na revista mensal, não tem isso, mas, na revista semanal, tem bastante... (Iolanda, editora de uma revista feminina)

No jargão profissional, as notícias se dividem em *hard news*, que correspondem às “notícias sérias”, e *soft news*, que se referem às “notícias brandas”, que representam as ocorrências sem muita importância. A maioria dos jornais parece fazer uma divisão de gêneros entre os repórteres das “notícias sérias”, como economia, política, reportagens policiais, que seriam predominantemente homens, e as “matérias mais brandas”, do âmbito da cultura, moda, saúde, beleza, maternidade, filhos, que mais frequentemente são feitas pelas mulheres. Porém, ao invés de essa divisão se dar em virtude de “competências naturais” de repórteres homens e mulheres, como o discurso que diz que os “homens se adequam mais às dificuldades das notícias sérias”, essa questão reflete, na verdade, uma divisão sexual do trabalho no lar do jornalista (CHAMBERS; STEINER; FLEMING, 2004; ALDRIDGE, 2001). Isso porque, em comparação com seus colegas homens, as repórteres vivenciam muito mais a dupla jornada de trabalho, em que se ocupam de uma parcela desproporcional das responsabilidades domésticas, principalmente com filhos.

É possível identificar um diferencial de poder que determina as hierarquias da profissão. A definição das pautas das reportagens é

dividida entre os gêneros. Segundo Chambers, Steiner e Fleming (2004), em geral, as mulheres recebem como atribuição a realização de reportagens de cunho cultural, ligadas ao universo das *soft news*, cujos assuntos limitam-se à moda, estilos de vida e de consumo, diferentemente das *hard news*, que estão associadas aos assuntos considerados sérios, aos acontecimentos da atualidade, às tensões da realidade social. Como consequência, as matérias produzidas pelas mulheres têm muito menos chance de estar estampadas na capa dos jornais, o que gera uma segregação vertical, na medida em que são atribuídos valores desiguais aos trabalhos produzidos por homens e por mulheres. As autoras concluíram que o acesso à profissão, às possibilidades de promoção na carreira, assim como as atribuições e as escolhas de reportagens são todos estruturados pelo gênero e se diferenciam por tipo de mídia.

Entre as entrevistadas que trabalham na mídia impressa (setor de jornais e revistas), apenas uma jornalista se especializou numa área das *hard news*. Ingrid tem 33 anos, é solteira e não tem filhos. Tem 13 anos de carreira e se especializou na área de ciência. Atualmente, é repórter *freelancer* de um grande jornal de São Paulo e professora de pós-graduação de um curso de jornalismo.

A variedade do campo jornalístico é o que caracteriza os profissionais *freelancers*. Os trabalhos de *freelancers* não estão somente associados à condição precária de relações de trabalho, significando menos direitos trabalhistas, trabalhos em tempo parcial, instabilidade e salários mais baixos. Ser frila pode ser uma opção do profissional. De acordo com *survey* sobre os *freelancers* de São Paulo (GROHMANN, 2012), 25,6% pretendem continuar trabalhando mais do que seis anos nessa condição de trabalho, e consideram-na como um projeto de vida.

No caso de Ingrid, que tem outra atividade profissional, como professora universitária de jornalismo, o que motivou sua decisão foi a possibilidade de administrar seu tempo, em uma carreira independente:

Eu acredito que esse caminho seja inevitável. Nos EUA, os melhores jornalistas do mercado são freelancers e escolhem para onde querem escrever e sobre o que querem escrever... Os contratados trabalham mais na edição e no fechamento das edições... que é um trabalho superpesado. Por exemplo, [o jornal] tem ótimos jornalistas freelancers, como... Todos passaram pela redação por muitos anos e decidiram ser freelancers... Veja, eu acabo de virar freelancer: saí do dia a dia da redação para tocar, a partir deste ano, projetos e reportagens especiais para [jornal]. Foi uma decisão minha e o jornal topou. Acredito que isso é uma tendência mundial... (Ingrid, repórter freelancer de jornal e professora de pós-graduação em jornalismo)

A noção de precarização do trabalho pode ser reavaliada nessa profissão, já que o jornalismo se refere, em geral, a uma atividade atrativa para pessoas mais flexíveis. Os valores da autonomia e liberdade são muito apreciados entre os jornalistas e, talvez por isso, os profissionais não sejam guiados pela determinação geral dos tipos de empregos estáveis.

Um novo tipo de jornalista, jovem, está sendo formado nesse contexto e passa a usar as redes sociais como ferramenta de trabalho. Eles são absorvidos pelas empresas que também estão alterando a forma de produzir notícia. As jornalistas entrevistadas mais jovens fazem parte desse grupo. A questão geracional, nesse caso, é muito importante, já que, quando essas jornalistas entraram na profissão, as mudanças no mundo do trabalho jornalístico já estavam em curso. Elas não sentiram as mudanças porque não vivenciaram o jornalismo de antes. São bastante otimistas em relação à profissão. Entre as mais jovens, destacam-se as referências à paixão pela profissão, dizendo que é preciso estar apaixonada pelo que faz, ao “seguir um sonho”, ao ir “atrás de outras oportunidades” e ao “trabalhar por conta própria”.

Jacqueline tem 24 anos, é casada e não tem filhos. Entrou para a carreira como assessora de imprensa *freelancer* e se tornou uma profissional especializada em redes sociais. O idealismo e o entusiasmo podem ser observados no depoimento da jornalista, que tem quatro anos de carreira:

Descobri o amor pela comunicação, em especial pelo jornalismo, por acaso. Percebi que essa profissão me traria muitas opções de carreira e gostei de quase todas. Ser repórter é maravilhoso, pois você leva a informação. Hoje sou Social Media e trabalho relacionamento entre marca e cliente, além de cuidar de comunicação institucional. (Jacqueline, social media freelancer)

As jornalistas mais jovens trazem uma linguagem mais técnica, empresarial e objetiva. É o jornalismo empresarial em sua expressão máxima. Trata-se de um tipo de jornalismo que, a partir da década de 1950, começou a substituir o chamado jornalismo político-literário, reconhecido pelas opiniões, debates, comentários críticos e politização dos jornalistas.

Júlia tem 26 anos, é solteira e não tem filhos. Tem três anos de carreira. Atualmente é assessora de imprensa *freelancer*. Além disso, resolveu trabalhar por conta própria e criou um *site* de cultura, em sociedade com uma colega, também jornalista, em busca de maior liberdade e independência. O discurso do “jornalismo apaixonante” também aparece aqui:

Eu sou apaixonada por cultura! Minha revista on-line é um sonho que precisava ser realizado. É um espaço de divulgação de

trabalhos de cultura... Eu queria dar apoio aos artistas por meio de uma agenda cultural mensal e de coberturas exclusivas... (Júlia, assessora de imprensa freelancer e dona de um site de cultura)

A linguagem padronizada que remete à objetividade, neutralidade e imparcialidade está presente nos discursos das profissionais mais jovens, que chegaram para trabalhar nas redações recém-formadas ou na condição de estagiárias. A jornalista mais antiga na profissão, no entanto, ainda mantém um discurso que lembra o período anterior ao processo de profissionalização, em que o jornalismo não obedecia tanto à lógica de mercado, era mais crítico, opinativo e político.

Elisa tem 66 anos, é divorciada e tem um filho de 41 anos. Em seus 49 anos de carreira, foi diretora de um jornal de televisão, roteirista, repórter de jornal e também criadora e diretora de um programa de televisão feminino. Diz que acabou sendo “formada na redação”, sem precisar de diploma. A jornalista relata as dificuldades da profissão, comparando as condições enfrentadas à situação atual:

Hoje em dia, o jornalismo é uma profissão mais feminina do que masculina. Quando eu entrei, há quase 50 anos, era quase que inteiramente masculina... que eu conhecia... tinha, no máximo, umas 10 jornalistas profissionais mulheres, nem sei se chegava a 10... O trabalho noturno da mulher sempre foi proibido, por causa da família, mas eu nunca pude pensar nisso. Mulher era proibida de fazer hora extra noturna. (Elisa, jornalista há 49 anos)

Muito mais do que diferenças quanto aos tipos de vínculo de trabalho ou segmento da profissão em que as jornalistas exercem suas atividades, percebemos que as maiores diferenças entre as profissionais quanto a suas percepções sobre suas experiências profissionais se devem às gerações. Enquanto as mais jovens se mostram entusiasmadas por falar de suas experiências na carreira, com um idealismo e fascínio pela profissão, próprios da geração de recém-formados, apropriando-se da linguagem do mercado, ensinada nos cursos universitários, na expressão mais declarada de um jornalismo empresarial e voltado para a lógica de mercado, as gerações intermediárias revelam-se mais críticas. Nesse grupo, as percepções das mulheres acerca de suas trajetórias profissionais diferenciam-se principalmente da profissional casada e com um filho, que “virou frila” contra sua vontade, porque não “aguentou ficar no moedor de carne”, que é adequado apenas para os homens e para as mulheres solteiras e sem filhos. A geração mais antiga é mais politizada e seu estilo de jornalismo é muito similar àquele do jornalista “formador de opinião”.

Nos discursos das profissionais, podemos identificar as representações sobre o significado da profissão de jornalista. A profissão mudou

bastante nos últimos anos e, com isso, surgiu um novo perfil de jornalista. Em face dessas transformações na profissão, como os jornalistas se veem no presente? As mudanças no mundo do trabalho jornalístico que impactaram sobre o perfil dos profissionais estão expressas em seus discursos?

Janete, profissional recém-formada, tem um perfil socioeconômico diferente daquele das outras entrevistadas jovens. A profissional é contratada como redatora de uma editora e escreve para três revistas de áreas diferentes. Afirma que escolheu a profissão de jornalismo porque tem “talento” para escrever:

Escolhi primeiro pela facilidade de comunicação que tive desde criança, pelo interesse por leitura e, principalmente, por escrever bem. Apesar do mercado de comunicação ser concorrido, busquei investir naquilo que tenho talento... Uma vez um professor me disse que o jornalista precisa, acima de tudo, ser alguém do bem. Alguém que quer passar as informações corretas, falar a verdade e não se deixar levar por influências no seu trabalho. Acredito muito nisso... (Janete, redatora de revista)

Júlia, que tem três anos de carreira, reconhece-se como idealista quanto à escolha da profissão. Sua “missão” como profissional seria usar a informação como “salvação”. A referência ao jornalismo romântico e o idealismo de quem acabou de sair da universidade aparecem em sua fala:

Sempre gostei de ler e escrever... na verdade, quis unir o útil ao agradável. Além de achar a profissão bonita, sou idealista ainda, acredito em uma possível salvação através da informação. (Júlia, assessora de imprensa freelancer e dona de um site de cultura)

Nessas falas, o profissional do jornalismo é descrito como “alguém do bem”, que tem talentos que não podem ser aprendidos, que se compromete com a verdade e que pode “salvar” as pessoas a partir da informação. As mais jovens têm percepções idealizadas, muito diferentes da rotina de trabalho da profissão. A percepção de aceitação da realidade pela geração mais experiente pode influenciar a construção da imagem dos profissionais mais jovens. No início, as jornalistas mais jovens aderem a valores dominantes da profissão para facilitar e fazer deslanchar sua carreira, mas, com a experiência, elas começam a perceber as realidades da profissão.

Na visão de Elisa, que tem 49 anos de carreira, sua profissão é encantadora: é a “profissão mais bonita do mundo”. Objetivamente, a jornalista não está empregada e percebe a profissão a partir de um

lugar em que atualmente não sofre as tensões da realidade. Para ela, ser jornalista significa:

[...] exercer o direito de informar. E, com isso, você faz parte da humanidade. Você é um deles, exercendo um direito que é de todos. Pra mim, não tem profissão mais bonita. É a profissão mais bonita do mundo. E eu prestigio qualquer estudante de jornalismo. Qualquer pessoa que queira entrar no jornalismo. Eu não conheço nada mais bonito do que um jornal... A vida é um jornal, tem notícia todo dia. Minha vida é assim: se eu não souber das notícias, eu morro. (Elisa, jornalista aposentada)

Com a possibilidade de reconstruírem as representações sobre sua realidade, os jornalistas também podem reinterpretar suas experiências sociais. É o que acontece com as profissionais da geração intermediária, que experimentam um “choque de realidade” à medida que percebem inconsistências entre o que esperavam da profissão e o que de fato enfrentam na vida cotidiana. Como afirma Dubar (2005, p. 124), a “reinterpretação da biografia passada” ocorre a partir de uma “estrutura do tipo ‘antes eu achava... agora sei’”.

Diferentemente da postura das jornalistas recém-chegadas ao mercado de trabalho, Isabel, com 16 anos de carreira, mostra menos satisfação com seu trabalho atual. Ela percebe as divergências entre as condições específicas de sua atividade e o idealismo a partir do qual foi socializada em sua carreira:

Eu, na verdade, estava na dúvida entre ser atriz e ser jornalista. Desde pequena, eu tinha vontade de ser escritora; então, eu gostava de escrever e de contar histórias para as pessoas sobre o que eu ouvi. E aí também tinha uma questão social, sabe? Eu tinha essa preocupação... Mas no final eu acabei me especializando em moda... que não tem nada de papel social do jornalismo... Mas, de uma certa maneira, eu tento fazer ali nas pequenas coisas, nas pequenas ações... Eu acho que é isso, sabe? Essa contribuição pra sociedade com coisas que são importantes de serem ditas... porque são culturalmente importantes ou socialmente importantes. (Isabel, editora freelancer)

Analisando as representações sociais dos jornalistas, percebemos que a segmentação da profissão em grupos, que representa a produção de diferença na carreira, é “apagada” por uma ideia neutra presente no profissionalismo. Em virtude disso, os valores do jornalismo continuam sendo representados por um ideal romântico, a despeito das realidades da profissão.

A figura do jornalista vista de uma forma abstrata, neutra, universal remete às categorias masculinas. O jornalista universal é geralmente pensado como um homem. O “bom jornalista” é, nessa perspectiva, um homem. E isso traz prejuízos concretos para as carreiras das mulheres. Como explica North (2009, p. 8, tradução nossa), “esse entendimento do homem jornalista como a norma coloca as mulheres em posições periféricas e contribui para a segregação de gênero nas organizações”.⁵

A representação universal presente no discurso dominante e masculinista da profissão também impede que as profissionais percebam as realidades do jornalismo. À medida que era solicitada a descrição das características da profissão e do profissional de jornalismo, as entrevistadas referiam-se a descrições universais da profissão que, em grande medida, não levam em conta os “invisíveis do jornalismo”, os *freelancers*, nem tampouco as mulheres, passando a impressão de que não estavam falando delas mesmas como jornalistas, mas se referindo a um jornalista universal.

No depoimento de Jacqueline, que ingressou recentemente na profissão, o bom jornalista é um “*cara* que entende de pessoas e sabe lidar com elas”:

O jornalista é o profissional ético, bem disposto, conhecedor de códigos de conduta, de técnicas; é o cara que entende de pessoas e que sabe lidar com elas, seja ela uma fonte ou um cliente, em caso de assessorias e agências. Sim, acredito que muito do que precisamos saber é aprendido sim na universidade, o que não quer dizer que a profissão não exija também um determinado perfil de pessoa. (Jacqueline, social media freelancer)

As mais jovens ainda estão aprendendo os papéis específicos de seu trabalho e, por isso, sua avaliação a respeito de sua profissão pode ser idealizada, ou pela imagem construída pelos veículos de comunicação ou pelo enfoque que foi dado em seu curso universitário. Ao falar sobre sua carreira, a jornalista recém-formada pensa, na verdade, em um jornalista veterano, mais experiente, com a carreira consolidada. Talvez por isso considere que o jornalista é um *cara* experiente, independente e ético.

Vejamos agora o depoimento da repórter Ingrid, que é especialista em ciência. Ao interagir cotidianamente e vivenciar a prática do jornalismo, Ingrid reconstruiu sua realidade, conferindo novos significados à representação do profissional e reinterpretando essas maneiras tipificadas de agir no interior da profissão. Em sua percepção, ela própria corresponde a uma ilustração da imagem do “bom jornalista”. Em vez de recorrer ao “quadro pronto” da representação da profissão, a jornalista usa referências de sua realidade, inclusive sobre o tema da ciência, que é precisamente a área em que se especializou:

5 No original: “This understanding of the male worker as norm marginalises women and contributes to gender segregation in organisations” (NORTH, 2009, p. 8).

O bom jornalista é aquele que se esforça para reportar acontecimentos de maneira ética, sem atender qualquer tipo de interesse, tentando ser objetivo e imparcial e contribuindo para a promoção de um debate na sociedade sobre o tema abordado. Eu decidi ser jornalista para isso... para contribuir em debates, disseminar informação, contribuir para um país melhor e mais bem informado... O bom jornalista é também aquele que consegue transformar um assunto que pode ser complexo, como os temas de ciência, em um texto claro, conciso, atraente, sem cometer erros... Eu sempre digo que “texto bom é texto lido”; não adianta escrever rebuscadamente e fazer com que o leitor desista no meio do caminho. Por fim, o bom jornalista traz novidades de informação, novas abordagens, novidades em uma discussão que está posta. Na linguagem jornalística, ele “dá furos”. (Ingrid, repórter freelancer de jornal e professora de pós-graduação em jornalismo)

A intenção de marcar fortemente as diferenças entre as fronteiras dos profissionais e dos amadores aparece muito mais nos discursos das mulheres da geração intermediária. Entre as mulheres jovens, as respostas sobre os “outros” se limitavam à importância do diploma de jornalismo para o exercício profissional. Isto é, os “outros”, na percepção das mulheres recém-formadas, não tinham diploma de graduação em jornalismo. Questionadas sobre o que as torna profissionais, diferenciando-as dos “amadores”, as jornalistas mais jovens responderam:

O diploma é fundamental! Acredito que qualquer pessoa possa escrever, desde que tenha o conhecimento da língua, obviamente... Mas uma reportagem, por exemplo, acredito que somente um jornalista pode fazer. Claro que, na realidade, aprendemos muito mais na prática do que na teoria, mas, se fosse assim, nenhuma profissão precisaria de diploma. Acho que o jornalismo, já que vem sendo muito desvalorizado nos últimos anos, retirar o diploma é piorar a situação. E tem coisas que só aprendemos na faculdade, e não digo de escrita, mas sim a psicologia da comunicação, sociologia, filosofia, base cultural mesmo. Estudamos muitos assuntos que nos enriquecem como profissional, que não basta, claro, e não nos torna melhores que outros que escrevem. Mas se estudamos, se existe a profissão, por que não ter o diploma? (Júlia, assessora de imprensa freelancer e dona de um site de cultura)

Acredito que é pelo diploma. Por mais que um profissional passe por diversas experiências na carreira, o curso superior de jornalismo oferece informações importantíssimas para o dia a dia do

profissional. Acredito que o conhecimento teórico não pode ser substituído totalmente pela prática. (Janete, redatora de revista)

Por estarem no início de sua carreira, as jornalistas recém-formadas ainda não vivenciaram as tensões e contradições entre sua trajetória profissional e a expectativa contida nas representações sociais acerca da profissão que criam uma história coletiva desse grupo.

A geração intermediária experimenta diferentemente as mudanças na profissão de jornalismo e se posiciona mais criticamente, tentando delimitar seu território de atuação. Elas sabem muito bem com quem disputam o mercado de trabalho. As jornalistas mais jovens recorrem a imagens gerais sobre a profissão, não identificam claramente um “outro” com o qual precisavam competir. A jornalista mais antiga na carreira, que não experimenta no presente momento as tensões da profissão, também não mostra uma grande preocupação em demarcar esses limites.

Lombardi (2006, p. 14) fez uma pesquisa sobre as engenheiras e constatou que as mulheres que exercem cargos de chefia, como gerentes e diretoras, são duplamente desafiadas: têm de provar que são capazes de comandar equipes tão bem ou até melhor que os colegas homens e, além disso, têm de achar um “jeito próprio de gerenciar, que difira do proposto no modelo estabelecido”. Nesse caso, as mulheres podem valorizar a própria feminilidade como marca da diferença.

O discurso do profissionalismo é empregado por alguns grupos que buscam fazer uma representação do todo, forjando a construção de identidades profissionais e dos sentimentos de pertencimento ao grupo. Assim, o sentimento de pertencimento à profissão, materializado na neutralidade do profissionalismo, pode apagar as especificidades e esconder a heterogeneidade do grupo.

O mundo das profissões orienta-se, em geral, por práticas e valores masculinos, fundamentados na neutralidade e racionalidade. Assim, a “eficácia simbólica” da profissão se expressa em razão de a sociedade confiar na *expertise*, reconhecendo sua autoridade. A ideologia por trás da *expertise* é de que o saber é neutro. E o saber se afirma neutro à sociedade justamente porque se aplica sem distorções, utilizando exclusivamente esse conhecimento (BONELLI, 2010).

De acordo com Bonelli (2010), como o gênero permanece sendo uma eterna desvantagem, as mulheres de nível superior empenham-se em realizar um “apagamento de gênero”, contestando, por meio de sua negação, a “reprodução de dominação e sujeição” do gênero. Nos termos da autora:

O apagamento do gênero como diferença identitária é uma ação promovida por sujeitos [...] A experiência na profissão traz mais

reconhecimento e valorização social, reforçando a identificação profissional perante o pertencimento a outra comunidade, como a de gênero. (BONELLI, 2010, p. 278)

A forma como a mulher que realiza o “apagamento de gênero” experimenta o gênero é mantendo-o na intimidade, na subjetividade, não na prática da profissão. Os valores profissionais são exaltados por resultarem em maior reconhecimento da profissional, o que conduz as mulheres a reforçarem sua identidade profissional em detrimento da de gênero, que estaria ligada a estereótipos negativos.

Pensando sobre sua trajetória profissional de quase 50 anos dentro do jornalismo, Elisa nega a diferença como relação social. Em sua percepção, “trabalhar dobrado” contribuiu para apagar as marcas de gênero e permitiu que seu valor como profissional pudesse se destacar, já que tinha “fama de trabalhar muito”:

Eu nunca fui discriminada por ser mulher. Não posso considerar isso. Talvez tenha sido e não tenha percebido. O que me levou a não ser é que eu tinha até a fama de trabalhar muito. Eu tinha que trabalhar dobrado pra valer um homem! Eu trabalhava muito! Eu era a única pessoa a escrever todos os textos no programa de televisão em que eu trabalhava. Eu só fui ter minha primeira auxiliar meses depois... (Elisa, jornalista aposentada)

A identificação à diferença de gênero como relação social é suprimida em favor da identificação ao profissionalismo. “Trabalhando dobrado”, Elisa considerava que alcançaria o mesmo valor de um homem e, na sua concepção, como resultado, esse esforço fez com que nunca experimentasse nenhuma situação de discriminação de gênero. A jornalista contesta a diferença querendo dizer que não reivindica um tratamento diferenciado por ser mulher. Para isso, faz referência a elementos que remetem à neutralidade do profissionalismo.

É uma estratégia usada pelas mulheres para contestarem a naturalização das diferenças de gênero, percebendo a diferença com igualdade. Como afirma Bonelli (2010, p. 279) sobre as juízas: as mulheres “que contestam a diferença e negociam os sentidos da igualdade na carreira embaralham as distinções consolidadas e desnorteiam classificações fixas, pensando as fronteiras de uma nova forma”.

Há outras formas de se perceber a diferença de gênero na carreira. Quanto ao discurso sobre o preconceito de gênero, identificamos a diferença como experiência quando a narrativa revela uma situação de discriminação vivenciada pela entrevistada. Ingrid percebe a diferença como experiência e faz um relato sobre as situações de discriminação que experimentou:

Sobre discriminação de gênero, bom, eu poderia escrever uma Bíblia relatando diversas situações que passei. Não falo de situações dentro da empresa... sempre me senti respeitada e bastante ouvida, especialmente no [jornal]. Mas são situações relacionadas aos homens com quem você tem de lidar fora da empresa. Por exemplo, o jornalista que trabalha como repórter, como eu sempre trabalhei, expõe-se bastante, lida com muita gente e com muitos homens. No meu caso, a imensa maioria dos ministros, prefeitos, governadores, reitores, presidentes de empresas, cientistas que já entrevistei eram homens brancos de meia idade. Eu estava sempre no meio desses homens... Já fui cantada infinitas vezes em pauta, já fui chamada de "linda" pelo entrevistado, já me olharam com desdém quando cheguei para fazer uma entrevista importante... E eu acho que é por ser mulher e jovem... Já ouvi piadas machistas de entrevistados e até já fui lembrada da minha condição feminina várias vezes durante pautas... (Ingrid, repórter freelancer de jornal e professora de pós-graduação em jornalismo)

A jornalista chama a atenção para a naturalização das diferenças de gênero empreendida pelos homens com quem estabelece contato em sua profissão. Ela identifica o preconceito que sofreu e os estereótipos de gênero a partir dos quais é vista na profissão. Como estratégia para experimentar o gênero de modo que os efeitos em sua carreira sejam mínimos, a jornalista faz uso da neutralidade do profissionalismo:

Minha estratégia sempre foi seguir firme, não ceder, agir de maneira muito séria e comprometida. Sempre me preocupei com pontualidade, com postura, com tom de voz, com as minhas roupas... Eu tenho perna grossa porque faço muito esporte e isso chama muita atenção; nunca uso saia acima do joelho ou calça minimamente justa no trabalho que marque as pernas... Também sempre estudei muito e me preparei muito para todas as entrevistas, sempre gostei de impressionar meus entrevistados pela inteligência. O problema é que nada disso eu aprendi na faculdade. Nunca me disseram que seria mais difícil porque eu sou mulher... (Ingrid, repórter freelancer de jornal e professora de pós-graduação em jornalismo)

A partir de suas posições de sujeito na profissão – jornalista com mais de 10 anos de experiência na carreira, da geração intermediária, especialista em ciência, que é reconhecida como uma área tradicionalmente masculina, doutoranda, professora de pós-graduação, repórter *freelancer*, solteira, sem filhos –, Ingrid experimentou a diferença na profissão, o que transformou sua percepção da diferença, ressignificando-a. Para tentar controlar esses aspectos simbólicos, essa visão de que os

jornalistas são “competentes por natureza” e que essencializa sua identidade, porque a representa como delicada, frágil, chorona, especialista somente nos assuntos para os quais tem uma “inclinação natural”, por “ser mulher”, a jornalista pode assumir uma neutralidade para não ser prejudicada na carreira. A neutralidade está inscrita em seu corpo. Seu profissionalismo pode ser facilmente notado: pela pontualidade, postura, tom de voz e cuidado com a escolha de roupas discretas, além da preocupação em mostrar sua capacidade profissional.

Isabel, que, assim como Ingrid, é da geração intermediária, mas se diferencia de todas as outras entrevistadas por ter um filho pequeno, também percebe a diferença como experiência. Ao comentar sobre o perfil de profissional favorecido segundo os critérios de promoção na carreira, a jornalista afirma que, em sua área, a valorização profissional está ligada à dedicação integral à carreira, o que se torna inviável no seu caso, após o nascimento de seu filho:

Depois que eu tive filho, eu percebi que o jornalismo é uma profissão muito boa pra mulheres que estejam dispostas a se dedicar 100% à carreira e isso não inclui mulheres que são mães. Por exemplo, na minha redação, na minha área, só eu era mãe, entendeu? Não tinha mãe. E, na minha área, era mais bem visto você faltar porque seu cachorro ficou doente do que porque você tinha que pegar seu filho na escola, porque você não tinha babá. E eu percebi logo que toda vez que eu falava que eu estava com uma dificuldade porque eu estava sem babá, e eu precisava, de repente, sair mais cedo ou mudar meu horário, isso era mal visto. Então, era melhor eu falar que eu ia fazer um peeling no dermatologista do que eu ia fazer alguma coisa pelo meu filho. E isso era verdade mesmo! Eu via isso... (Isabel, editora freelancer)

Ao serem perguntadas sobre como elas hierarquizariam os seguintes fatores a gerar mais ou menos problemas a serem enfrentados na carreira – o gênero e a criação de filhos –, todas responderam que a criação dos filhos é entendida como maior “geradora de problemas” da vida profissional da mulher, representando maiores dificuldades à sua ascensão profissional.

Isabel vivenciou essa questão e interpretou que, para obter êxito na profissão, deveria “anular sua condição de mulher”. Ela buscou apagar suas marcas que a diferenciavam dos homens e das outras mulheres sem filhos, enfatizando que trabalhou até os nove meses de gestação:

Se você for uma mulher que anule a sua condição de mulher, aí tudo bem. Agora, se você for uma mulher que leva em conta... aí é visto como frescura. Até pra gente, por exemplo, se tiver numa

redação, aí a sua funcionária começa a todo mês... Imagina se todo mês, eu mesma como chefe, uma menina que trabalha comigo me ligar e falar: "Olha, eu estou com muita cólica, não posso ir." Eu vou achar a maior frescurada, entendeu? Você achar: "imagina, o que será que ela pensa?" E a gente sabe que às vezes é fogo mesmo... Mas ela pode até ter direito, mas internamente eu não vou aceitar. E eu mesma, por exemplo, quando eu fiquei grávida, eu trabalhei até nove meses, eu saí na sexta-feira e na terça-feira eu tive filho. E eu tenho certeza que, em vários momentos, foi usado injustamente o fato de eu ter filho, como se fosse assim: "Tá vendo, é porque ela tem filho." Ninguém diria: "Tá vendo, é porque ela tem dois cachorros". (Isabel, editora freelancer)

Identificamos a diferença como relação social nos relatos em que o evento se referir à vivência de outra pessoa. As mulheres relatam experiências históricas coletivas, forjando uma identidade de grupo, buscando, assim, criar uma representação comum. Falam da vivência de discriminação das mulheres como grupo, com o qual se identificam e percebem características compartilhadas.

Isabel relata o preconceito vivido por mulheres que são jornalistas e mães. Podemos identificar sua definição da diferença como relação social, já que, no seu depoimento, Isabel, recorrendo a uma memória comum, refere-se às vivências compartilhadas pelas mulheres de "outra época" e as "mulheres de hoje". Segundo sua concepção, no jornalismo, "não tem espaço para mulher que é mulher mesmo no trabalho":

E as mulheres de hoje... A minha mãe é jornalista também e uma jornalista de uma outra época, e eu achava que essa coisa de preconceito contra mulheres mães era coisa do passado, que isso não existia mais. Mas não, viu? É igualzinho, não mudou nada, porque eu acho que a mulher ainda acha que ela precisa se comportar como um homem no trabalho. Na verdade, não tem espaço para mulher que é mulher mesmo no trabalho. E aí ela se comportando como um homem, ela se beneficia, porque ela é mais dedicada, ela é mais centrada e ela também se comporta como um homem. Então aí, ela vira uma superfuncionária, né? (Isabel, editora freelancer)

Para Isabel, "comportar-se como um homem no trabalho" implica, para as mulheres, ter uma chance de ter uma carreira bem-sucedida nessa profissão, o que pode gerar alguns benefícios. Nesse raciocínio, ao se comportar como um homem, apagando sua marca distintiva, a mulher torna-se uma "superfuncionária".

Dependendo do tipo de mídia, pode haver uma dificuldade ainda maior para as mulheres com filhos pequenos, o que as direciona com

mais frequência ao regime flexível de trabalho, e as faz preferir não se dedicar integralmente à profissão ou trabalhar em mídias que não exigem uma rotina de trabalho tão intensa quanto aquela dos jornais diários, dos programas de televisão diários e das revistas semanais. É muito comum que as mulheres mudem sua rotina de trabalho após a maternidade e, com isso, passem a se inserir em outro tipo de veículo de comunicação. Ou podem também buscar mudanças em suas relações de trabalho, com alterações no contrato de trabalho, exercendo suas atividades profissionais como *freelancer*, o que permite arranjos mais flexíveis. Por se tratar de uma profissão em que a rotina de trabalho é difícil de sustentar em longo prazo, e que é vista até mesmo como um “trabalho pouco amigável para as relações de família”, a condição de *freelancer* é preferida por mulheres que se tornaram mães, no intuito de a profissional organizar sua rotina de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres são maioria entre os jornalistas que exercem suas atividades no setor formal da profissão em São Paulo, e também têm uma proporção de jornalistas diplomadas maior do que a dos homens. Entretanto, o amplo ingresso de mulheres, tanto nas universidades como no mercado de trabalho, não alterou significativamente as estratificações entre homens e mulheres no jornalismo. O fato de essa profissão ser hierarquizada a partir de valores específicos, que escapam da lógica da educação formal, pode representar prejuízos para as carreiras femininas. As mulheres podem ter controle sobre alguns aspectos objetivos da profissão, como ter um diploma de jornalismo, fazer uma pós-graduação, investir em cursos especializados. Porém elas têm de lidar com os aspectos simbólicos da profissão, sobre os quais é mais difícil ter controle.

Assim como o que se observa em outras profissões que se feminizaram, no jornalismo, o aumento significativo do número de mulheres entre os profissionais não resultou em acesso correspondente a lugares de destaque. Mesmo em face do processo de feminização do jornalismo, que alterou em diversos aspectos a carreira, as desigualdades de gênero persistem, uma vez que o segmento da carreira que está associado simbolicamente ao *glamour* da profissão, em que os profissionais são valorizados, respeitados, têm credibilidade, reconhecimento e prestígio profissional, é mais difícil de ser alcançado pelas mulheres.

Observar a questão de gênero e suas conexões de poder na profissão do jornalismo implica examinar os mecanismos de estratificação que são estruturados pelo gênero e, com isso, entender como operam nessa profissão os “diferenciais de poder entre homens e mulheres” (SCOTT, 2005, p. 18). No entanto, as diferenças nessa profissão não se restringem a diferenciais de gênero. As mulheres também se distinguem

entre si e nas formas de perceberem a diferença. Pensar sobre a diferença nos discursos das profissionais do jornalismo nos conduziu a buscar reconstruir as experiências que criaram os sujeitos, sua subjetividade e seus processos de identificação.

O contraste geracional permitiu observar as diferenças entre as mulheres. Os significados percebidos pelas mais jovens referem-se a uma autoimagem positiva. As jornalistas mais jovens trazem uma linguagem mais técnica, empresarial e objetiva. E têm percepções idealizadas, diferentes da rotina de trabalho da profissão. Eram mulheres recém-formadas no curso de jornalismo e sem filhos. As jornalistas com mais tempo de experiência na carreira percebem a profissão sem esse “véu da idealização” das recém-formadas. São mulheres que têm cerca de 15 anos de carreira e uma visão mais crítica, em virtude do “choque de realidade” que experimentaram em sua trajetória, que as fez questionar suas representações e idealizações da profissão e o que de fato experimentam na carreira. Das jornalistas que estavam nessa fase da carreira, duas percebiam a diferença como experiência, como prática discriminatória: a jornalista que tinha se especializado em uma área considerada *hard news*, mais frequentemente ocupada por homens, e a jornalista que tinha um filho pequeno. A entrevistada com quase 50 anos de carreira não experimentava mais as tensões da realidade. Percebia a profissão como “encantadora” e contestava a diferença como relação social, a partir de um “apagamento de gênero”, em que isolava a diferença como interiorização da subjetividade.

REFERÊNCIAS

- ALDRIDGE, Meryl. *The paradigm contingent career? Women in regional newspaper journalism. Sociological Research Online*, v. 6, n. 3, 2001.
- BERGAMO, Alexandre; LIMA, Samuel; MICK, Jacques (Coord.). *Quem é o jornalista brasileiro?* Perfil da pesquisa da profissão no país. Síntese dos principais resultados. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, em convênio com a FENAJ. Distrito Federal: 2012.
- BONELLI, Maria da Gloria. Profissionalismo e gênero na magistratura paulista. *Civitas*, Porto Alegre, n. 2, v. 10, p. 270-292, 2010.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, v. 26, p. 329-376, 2006.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação Anual de Informações Sociais*, RAIS, 2013. Brasília, DF: MTE. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/geral/estatisticas.asp?viewarea=rais>>. Acesso em: out. 2014.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero? Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- CHAMBERS, Debora; STEINER, Linda; FLEMING, Carole. *Women and journalism*. London: Routledge, 2004.
- DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Tradução de Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FÍGARO, Roseli (Org.). *As mudanças no mundo do trabalho do jornalista*. São Paulo: Salta, 2013.

GROHMANN, Rafael do Nascimento. *Os discursos dos jornalistas freelancers sobre o trabalho: comunicação, mediações e recepção*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LEITE, Aline Tereza Borghi. *Profissionais da mídia em São Paulo: um estudo sobre profissionalismo, diferença e gênero no jornalismo*. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

LOMBARDI, Maria Rosa. Engenheira & gerente: desafios enfrentados por mulheres em posições de comando na área tecnológica. *Revista Tecnologia e Sociedade*, Curitiba, n. 3, 2006. Disponível em: <http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/revistatecnologiaesociedade/rev03/rev03_artigo03.pdf>. Acesso em: abr. 2012.

NEVEU, Érik. *Sociologia do jornalismo*. Tradução de Daniela Dariano. São Paulo: Loyola, 2006.

NORTH, Louise. “Blokey” Newsroom Culture. *Media International Australia, Incorporating Culture & Policy*, n. 132, p. 5-15, 2009. Disponível em: <<http://search.informit.com.au/documentSummary;dn=121009183154906;res=IELLCC>>. Acesso em: 2 out. 2014.

ROCHA, Paula Melani. *As mulheres jornalistas no Estado de São Paulo: o processo de profissionalização e feminização da carreira*. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

SATO, Nelson Kengo. *Número de jornalistas no Brasil – 1986 a 2002*. Assessoria Econômica da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), 2005. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/economico.php?id=8#docs>>. Acesso em: abr. 2013.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, 2005.

SILVA, Adaci Rosa da. *O mundo do trabalho dos jornalistas na realidade e na ficção*. Uma análise comparativa do perfil do profissional e dos discursos da telenovela sobre as práticas do jornalista. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ALINE TEREZA BORGHI LEITE

Professora assistente da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO –, Goiânia, Goiás, Brasil; professora substituta da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás – UFG –, Goiânia, Goiás, Brasil
alineborghi@hotmail.com